

## AMÉRICA LATINA: UMA REALIDADE DE CIDADES GIGANTES

Amália Ines G. de Lemos  
Profª Drª do Depto. de  
Geografia da FFLCH-USP

O jornal *Folha de S. Paulo* (6/9/84) informa com bastante preocupação que "... no ano 2000 metade da população urbana do mundo estará vivendo nas grandes cidades da América Latina", mais adiante o texto diz que "haverá 647 cidades com mais de 1 milhão de habitantes". "Atualmente 42 cidades nas condições de metrópoles ou seja de capitais nacionais".

Esta reportagem nos traz a reflexão sobre alguns fatos importantes a citar.

Em primeiro lugar, algumas das maiores áreas metropolitanas do mundo estão na América Latina: México, com 19 milhões de habitantes (estimativas de 1989); São Paulo, com 17.500.000 habitantes; e Buenos Aires, com 11.000.000 de habitantes (ambos os dados igualmente estimativos).

Em segundo lugar, cada uma destas metrópoles latino-americanas incluem em si próprias duas cidades: a dos que podem consumir — e o fazem em excesso — e a dos que não podem consumir — senão o mínimo; a cidade legal e a cidade ilegal (desde o ponto de vista da ocupação do solo); a cidade formal e a cidade informal — considerando a economia —; a cidade limpa e a suja, a cidade com áreas verdes e a sem áreas verdes. Estas duas cidades não vivem em contradição, ao contrário, uma se serve da outra, uma necessita da outra.

### A territorialização do processo de metropolização

Mesmo que todas essas cidades-metrópoles (México, Caracas, Rio de Janeiro, São Paulo, Santiago, Montevideu, Buenos Aires, e outras) já cumprissem um papel importante na organização dos espaços nacionais, principalmente na economia do país, o verdadeiro processo de metropolização se dá na década de 50.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os países latino-americanos vivenciaram — como todos os países capitalistas — um período de grande crescimento econômico e social, com a instalação da produção industrial nas suas cidades principais. O capital estrangeiro, sustentando os investimentos como agente dinâmico do processo de substituição de importações e que, entre 1967-70, alcança o ápice do crescimento com 6,6% do PIB na região como um todo.

Neste período, se produzem os fatores elementares da urbanização nos países da América Latina e, ao mesmo tempo, suas principais contradições e conflitos. A indústria de rápida expansão se localiza — seguindo as exigências próprias do capitalismo monopolístico — nas grandes cidades para usufruir do "capital fixo fixado" (Santos), que significa este espaço já existente. Assim mesmo, há uma necessidade intensa de consumo e estas cidades já possuem uma parcela de população considerável com poder aquisitivo necessário. Buenos Aires e

Montevideu, produtos de uma intensa imigração européia — em fins da década de 30 — tinham um dos maiores mercados consumidores da época em nível mundial.

Ao mesmo tempo, há também grandes transformações nas estruturas da produção agrária, a qual expelle para as cidades grandes quantidades de população que, por necessidades econômicas, mas também por incentivo ideológico, expropriadas e pauperizadas, formam o enorme exército de reserva que habita nestas metrópoles.

Esta população urbana, territorialmente, ainda que não socialmente, de baixa renda — insuficiente e não permanente — é a que não tem condições de comprar uma habitação decente e, em consequência, proliferam os cortiços e pensões do centro, as favelas, estas em áreas de terras públicas ou de difícil ocupação por problemas físicos (inundáveis, colinas, e serras deslizáveis, mangues e litorais inabitáveis, etc.). A expansão metropolitana começa com os grandes loteamentos das áreas periféricas para autoconstrução das suas habitações, localizando formas específicas de viver que trazem uma nova problemática para a maioria dos países da região.

Simultaneamente — produzida por estas grandes transformações econômicas — há uma expansão da classe média e das burguesias nacionais que, por necessidade de instalar suas empresas e residências, criam uma nova estrutura nas cidades, organizando novos espaços que o capital imobiliário utilizará como a mercadoria que produzirá o poder econômico, político e social que estas novas classes exigirão.

Os investimentos do Estado, alimentados pelo crédito estrangeiro, são aplicados em grandes obras de infra-estrutura para sustentar as condições exigidas pela produção e circulação de mercadoria no pequeno mercado nacional, mas principalmente visando as relações internacionais.

As necessidades pertinentes à produção da força de trabalho — tanto coletivas como individuais — são deixadas de lado, propiciadas pelos governos de força que existem na maioria dos países, aparecendo, em meados da década de 70, os grandes déficits que são, hoje, as realidades das estruturas urbanas destas metrópoles.

Assim, a paisagem que encontramos nas grandes cidades latino-americanas são *locus* de concentração das necessidades, carências e penúrias dos trabalhadores, o que determinou a organização e manifestação de movimentos populares de todas as classes em todos os países do continente.

Ainda que na Argentina e Uruguai, o *boom* econômico comece uns anos antes — década de 50 —, a região como um todo tem na década de 70 seu período do "Milagre Econômico". Para Venezuela, Equador e México o petróleo lhes os grandes momentos de euforia que, por outro lado, para os países que deviam importá-lo, cria um período de fortes crises: Brasil e Uruguai.

A relativa autonomia que a América Latina possuía em relação aos organismos financiadores internacionais se perde e no fim da década se entra num processo definido pelos "Planos de Austeridade" como remédio geral e universal para as crises que todos os países da região vivem, sendo que as exigências primordiais se sustentam na diminuição do salário real, que nunca alcança os índices de inflação, cada vez maiores.

A dívida externa do conjunto cresceu de 16 bilhões de dólares em 1970 para quase 400 bilhões em 1987 e suas exigências absorvem 35% das exportações como um todo para a região, sendo que para a Argentina chega a 55% em 1985. Os mais endividados são Brasil, México, Argentina e Venezuela que, ao mesmo tempo, são os mais industrializados e desenvolvidos.

"A crise econômica", escreve Alain Touraine, "ainda que tenha colocado todos os países diante de suas responsabilidades, e então provocou efeitos favoráveis quanto à democratização, pode se prolongar, impondo um novo modo de desenvolvimento para fora aos países cujo mercado interno está deteriorado demais para servir de base para uma reativação econômica".

Ao chegar a década de 80, as metrópoles latino-americanas são um resultado das relações econômicas, políticas e sociais que territorialmente mostram a imagem das duas cidades cuja descrição foi o início deste trabalho.

Enfim, uma concentração espacial dos meios de produção (as áreas industriais), os meios de consu-

mo (segundo os níveis de renda) e as unidades de gestões — cujos fatores de localização foram orientados por uma maximização dos lucros — antes de uma preocupação com a qualidade de vida de seus habitantes.

Metrópoles produzidas pela mobilidade de recursos e de população, onde as migrações são vitais para a existência de uma unidade funcional necessária às empresas privadas como aos aparelhos políticos. Há uma exigência do sistema para que a população renuncie a seu espaço original, suas raízes, sua cultura, às relações pessoais, sua vida, para adaptar-se a novas situações criadas pela ideologia do *ethos metropolitano*.

Assim, a cidade do México que, em 1950, tinha 3.100.000 habitantes chega a 1980 com 15.000.000, com uma imigração de mais de 700.000 pessoas por ano.

Caracas, em 1940, tinha 200.000 habitantes; em 1976, já estava com 2.600.000 e, para 1990, se calcula em 5.000.000 sua população.

São Paulo que, em 1950, tinha ao redor de 3.000.000 de habitantes, em 1980, com uma média anual de 350.000 imigrantes, está com 12.000.000 de moradores.

O Estado, neste momento, terá que assumir um papel de produtor de infra-estrutura, equipamentos e de um conjunto de atividades, para permitir o ingresso do capital financeiro em grande escala no setor imobiliário.

A estrutura metropolitana será rasgada pelas construções subterrâneas, eixos de comunicações (estradas, autoestradas), vias expressas e outros meios de comunicação que permitam conexões entre as áreas metropolitanas e os mercados do resto do País. Em São Paulo, é o momento das construções das avenidas de circunvalação (marginais dos rios Tietê e Pinheiros), das autoestradas Castelo Branco, Regis Bittencourt, dos Imigrantes, etc.

Antigas áreas residenciais mudarão de função para dar lugar a novas atividades do setor terciário — serviços, que o grande desenvolvimento de população e capitais exigem.

Enfim, uma nova organização espacial, onde já não é importante a relação cidade — campo, senão

centro — periferia, com realidades históricas, sociais e econômicas diferentes.

### As mudanças

Com a crise econômica que se instala na América Latina a partir de 1980, alguns reflexos se fazem sentir na organização metropolitana. As grandes obras de infra-estrutura, com grandes aplicações de capital e tecnologia, devem ser abandonadas e novas formas se buscam para adaptar-se à nova realidade.

A "economia de austeridade", imposta aos países da América Latina pelos agentes financeiros internacionais, se faz sentir em uma crise urbanística que faz reavaliar antigas áreas abandonadas do centro velho, com o qual se denomina também de "urbanismo de austeridade". Esta concepção da escola italiana contemporânea tem como base afirmar a cidade como valor de uso, antes que como valor de troca, conservar o patrimônio histórico urbano existente, os serviços à disposição e não destruir tudo para construir novas formas em função da atividade privada. Em Montevidéu, Buenos Aires, México e também em São Paulo (ainda que em menor escala), antigas mansões e edifícios do centro estão sendo postos em uso para fins de serviços — turísticos, restaurantes, casas de artesanato, residências, etc.

Assim, em Buenos Aires, garagens, fábricas, galpões, negócios que já não cumprem sua função original, estão sendo adaptados para o consumo como residências de uma população muito diferenciada, em geral intelectuais, artistas, que apreciam viver no centro velho da cidade. São os chamados *lotti*, por imitação aos existentes em Paris, Londres, Nova York, etc. Assim, também, a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires está localizada em uma antiga fábrica têxtil recuperada e adaptada às novas atividades.

Mais dialeticamente a esta situação analisada, as metrópoles latino-americanas são, antes de mais nada, palco de grande especulação imobiliária, pois os espaços são mercantilizados, onde o solo urbano — e seu uso — é o resultado de um conjunto de mercadorias produzidas e consumidas de forma capitalista.

Esta produção do espaço urbano — onde o valor

do que se compra e vende é muito mais importante do que o valor do que se usa, do que se vive — se traduz em um espaço segregado pela renda diferencial imobiliária.

Analisando este conceito nas metrópoles, podemos citar:

- renda de localização; oposição entre centro e periferia;

- separação espacial cada vez maior entre bairros residenciais de classes altas e médias e dos bairros de residências populares;

- uma disseminação generalizada das "atividades urbanas": área de escritórios, áreas residenciais, industriais, financeiras, etc., consequência da capacidade de apropriação das vantagens de localização.

É interessante destacar que, como toda mercadoria, a ideologia e o fetichismo de uma sociedade de consumo são incentivados.

As necessidades — inclusive do espaço — são explicitadas e, como disse Agnes Heller: "O homem é rico em necessidades".

Nestas metrópoles da América Latina, o espaço apresenta uma diferenciação social marcante, que é produto das relações de classes econômicas, políticas e ideológicas, as quais fazem com que as classes de maior poder aquisitivo tenham a necessidade de consumir cada vez mais espaços, inclusive como forma de investimento de um dinheiro que sofre fortes efeitos de desvalorização.

A estrutura urbana se realiza em uma dialética entre os dois extremos da estratificação social: a da classe alta e a da classe de menos poder aquisitivo. Cada uma delas com um espaço próprio e muito separado um do outro. Os estratos chamados médios não têm espaço particular, característico, ainda que sempre procurem seguir de perto o máximo possível os bairros de maior poder econômico.

### Os bairros ricos

O espaço de residência como o espaço de produção desta população estão fortemente concentrados e ocupam áreas reduzidas da metrópole.

Nos países latino-americanos, este estrato so-

cial tem um grande poder de consumo do espaço, havendo uma intensa mobilidade pelos bairros da cidade, produzindo constantemente novos centros comerciais, financeiros, da gestão e circulação. É um grupo social com grande poder especulativo e faz presente suas ações em todos os níveis da atividade econômica.

No caso de São Paulo, podemos considerá-lo em quase 2% da população metropolitana, cujos rendimentos superam em muito os mais altos salários nacionais.

Em Buenos Aires, são os habitantes que consomem bairros como a Recoleta, onde se pagam aluguéis superiores a US\$ 4000, Palermo Chico, Palermo, Belgrano, Vicente Lopez, Olivos, Lomas de San Isidro, etc.

A capital mexicana tem estes bairros localizados a oeste da cidade, passando o parque de Chapultepec, na zona Rosa, significativo nome que quer sugerir a vida que seus habitantes levam.

Parque central em Caracas com sua arquitetura moderna e intrépida, símbolo de uma Venezuela que tende a entrar na era industrial.

Os bairros paulistanos que se destacam dentro deste prisma são: Morumbi, Jardim Europa, Jardim América e os condomínios fechados de Alphaville e Tamboré, na área suburbana. Há segregação espacial, não somente com relação a casas-mansões, senão muito mais na verticalização da cidade, onde o preço do solo, nestes bairros de edifícios de apartamentos, ultrapassa os US\$ 2000 a US\$ 2500 o metro quadrado.

Em Santiago, de 1972 a 1980, quando o nível geral de vida da população baixou, o capital imobiliário loteou as vertentes da cordilheira dos Andes, formando bairros com mansões, tão bem instalados e equipados, onde não faltam as alamedas e jardins, que as mais ricas cidades europeias não podem competir com este luxo das elites latino-americanas.

Os ricos não investem seus lucros de maneira produtiva. A construção de moradias privadas na América Latina aplicou 23% do capital diante de 62,6% de todas as aplicações na indústria de construção civil.

Nestes bairros mencionados, há hoje novas formas de produção de moradias, os chamados *flat service*, fazendo coincidir serviços, lugar para reuniões, salões para negócios dos executivos que ali vivem, enfim, todo tipo de infra-estrutura necessária para que se justifique a compra deste tipo de imóvel.

Por outro lado, estes tipos de residência estão equipados com todos os serviços de telecomunicações e comunicações que a informática oferece no campo da eletrônica aplicada.

Estes bairros estão formando uma nova paisagem urbana, conseqüência das transformações sociodemográficas que este estrato social latino-americano alcançou nas últimas décadas. Podemos mencionar a diminuição da natalidade, a independência feminina, que permite que a mulher cada vez mais ocupe papéis que em outros momentos lhe eram negados, a mulher, chefe de família, pela maior possibilidade de divórcios e separações, a inexistência de serviços domésticos, a expectativa maior de vida, etc.

Todas essas transformações sociais estão exigindo um equipamento urbano que o mercado imobiliário trata de satisfazer. Numa descrição desta paisagem, encontramos hotéis para bebês, creches, jardins-de-infância, escolas pré-primárias, escolas particulares de nível primário e secundário, serviços médicos de urgência, especialmente os que tratam problemas cardíacos e, em outro nível, lavanderias, rotisserias, casas de comidas congeladas, firmas para atender necessidades de serviços por telefone que oferecem desde um vídeo até uma aspirina, etc.

### Os bairros pobres

Especificamente opostos aos anteriores, claramente separados com uma grande transição espacial. Em geral, a localização da residência operária muda de acordo com a mudança de emprego e esta transitoriedade é maior quanto menor é sua qualificação.

Há que se mencionar que também essa transitoriedade é marcada, freqüentemente, pelas mudanças no preço do solo que não conseguem pagar ou, cedendo à pressão da especulação imobiliária, se

deslocam para lugares cada vez mais distantes, o que chamamos de periferia metropolitana.

Nas metrópoles latino-americanas, estas residências estão localizadas nos bairros onde também se encontra situado o processo industrial. Nestes espaços suburbanos, se inscrevem as práticas cotidianas e se ignora o resto da cidade, tanto que o consumo que se faz da cidade está diretamente relacionado à cultura específica da classe.

De 1960 a 1980, a população operária adquiriu um peso crescente na organização espacial das metrópoles latino-americanas. Assim, 27,5% da população ativa da Argentina; 25% do Chile; 17,5% da do México e 15% da do Brasil, para citar os mais expressivos. De todas as maneiras este quadro mostra a fragilidade do emprego permanente nestes países onde predomina a atividade informal.

Estes bairros operários são em geral de auto-construção ou produzidos a partir dos planos do Estado tipo Banco Nacional de Habitação, mas que denunciam a ausência e insuficiência de residências populares tanto em Caracas, Bogotá, São Paulo, Buenos Aires ou México.

Alguns dados a respeito nos aclararam o afirmado: A Grande México tem 45% de sua população vivendo em favelas; São Paulo acompanha o índice; Rio de Janeiro, em 1960, já tinha 40%, sem haver entrado ainda na crise econômica; em Caracas, chega a 60%; enquanto que em Buenos Aires, alcança 15%.

Um quadro da CEPAL de 1980 mostra a porcentagem de moradias urbanas consideradas pobres e indigentes:

PAÍSES	POBRES (%)	INDIGENTES (%)
HONDURAS	40	15
COLÓMBIA	38	14
BRASIL	35	15
MÉXICO	20	6
COSTA RICA	15	5
URUGUAI	10	4
ARGENTINA	5	1

Fontes: Touraine, A.

Os equipamentos e serviços urbanos acessíveis a este espaço se caracterizam pela sua pobreza e seu conteúdo coerente com a pertinência de classe de seus usuários e em geral produtos de grandes lutas sociais. Estes serviços, com grande teor político, quando são conseguidos água, luz elétrica, escola, creche, posto de saúde e... nenhum correio, nenhum posto telefônico.

Os equipamentos culturais são claramente escassos e a distância espacial reforça os efeitos da distância social à cultura predominante.

Quanto às áreas verdes e às recreações, pode-se considerar, por certo escasso, o consumo operário destes espaços, pois, em geral, nos loteamentos dos bairros de população de baixa renda não os precede uma política pública de organização.

A experiência do bairro "...é uma cultura preponderantemente operária, composta por uma linguagem, uma ética, uma solidariedade que lhes são próprias. Esta cultura se encerra em um espaço geograficamente definido, no qual a proximidade dos empregos oferece as maiores possibilidades de acesso ao mercado de trabalho" (Topalov, 1982, 204).

#### Os bairros de "classe média"

O uso do solo urbano das classes chamadas médias, evidentemente, é diferente dos anteriores.

Para Alain Touraine "o que se denomina classe média não é uma classe nem uma camada social, mas, antes uma categoria definida por seu papel central no processo de desenvolvimento". Na América Latina, se define mais pelo seu lugar na vida política e cultural que por seu poder aquisitivo, por isso mesmo ela tem uma grande relação com o Estado.

Em geral, trabalham diretamente com o setor público e estes profissionais, em especial professores, fazem que aumente rapidamente o número dos empregados públicos.

O presente trabalho é uma análise das metrópoles latino-americanas consideradas como algumas das maiores áreas urbanizadas do mundo.

Nelas, a partir do processo de metropolização, simultaneamente se consideram os fundamentos socioeconômicos e políticos que as produziram.

Esta classe média latino-americana (especialmente no Cone Sul) se interessa sobretudo pelas profissões liberais, os serviços públicos e o ensino, não mostrando muito interesse pelo comércio e menos ainda pela indústria.

Com a grande penetração do capital, se formou uma nova classe média de diretores e técnicos que trabalham na grande empresa e nas finanças, e a classe média tradicional, antes analisada, é a que está cada vez mais empobrecida.

Esta classe tem uma mobilidade espacial muito ampla, tanto no nível de emprego como de residência, justamente na busca constante de um lugar melhor, maior e cada vez mais perto dos bairros ricos.

Estes estratos médios metropolitanos têm sua localização de trabalho, bem como de residência, nos mais diferentes bairros da cidade, havendo uma disseminação por todo o espaço urbano por ele ocupado.

A imagem representativa da cidade que os operários possuem é limitada ao espaço do bairro em que se locomovem, as camadas de maior renda, ainda que consumam um espaço limitado da cidade, possuem uma clara percepção e consciência de seu lugar na estrutura urbana e, por isso mesmo, uma imagem global da cidade. As classes médias assalariadas se deslocam por toda a aglomeração e, portanto, têm uma imagem do conjunto metropolitano.

Para concluir, a estruturação econômica e a diferenciação social do espaço urbano criam uma diversificação espacial dos valores difusos e de mudanças; ou seja, do mercado, dos mercados do solo e... como diz Milton Santos "o espaço é uma instância social com forma e conteúdo"... e este espaço metropolitano da América Latina mostra em sua paisagem a forma e o conteúdo do que constitui o processo de formação desta realidade chamada de América Latina.

#### RESUMO

Ao mesmo tempo procura-se destacar o espaço como mercadoria onde a ideologia e o fetichismo de uma sociedade de consumo são incentivados, materializando-se numa estrutura urbana com destaque para os grandes contrastes entre os bairros ricos, médios e pobres.

## ABSTRACT

*This work consists an analysis of a latin-american metropolis that could be considered as one of the greatest urbanized sites in the world.*

*Based upon the metropolization process, we may consider, simultaneously, the political, social and economical foundations that generated them.*

*At the same time we try to emphasize the role of urban areas as a market product, where the ideology and "fetichismo" of a consumption society are supported creating a characteristic urban structure consisting of deep inequalities among rich, middle and poor neighborhoods.*

## BIBLIOGRAFIA

PRADILLA, Cobos Emilio: *Crise económica, política de austeridad e questão urbana na América Latina*. En: ESPAÇOS E DEBATES, Ano VIII, v. 1, n° 23, São Paulo, 1988, pág. 31 e sig.

HELLER, Àgnes: *Teoria de las Necesidades en Marx*, Ediciones Península, Barcelona, 1986.

— — — — —: *La Revolución de la vida cotidiana*, Ediciones Península, Barcelona, 1982.

TOPALOV, Christian: *Ganancias y rentas urbanas*, Siglo Veintiuno de España Editores, Madrid, 1984.

TOURAINÉ, Alain: *Palavra e Sangue*, Editoria da Unicamp, Campinas, 1989.

SANTOS, Milton: *Espaço e Método*, Nobel, São Paulo, 1985.

São Paulo, agosto de 1989.